

A Individualização em Ulrich Beck: análise da sociedade contemporânea

Individualization in Ulrich Beck: an analysis of contemporary society

Vera Herweg WESTPHAL*

Resumo: A individualização é tema da análise sociológica contemporânea e Ulrich Beck analisa esse processo no contexto de mudanças da primeira para a segunda modernidade. Na modernização reflexiva, marcada por riscos, há transformações relacionadas ao mundo do trabalho, à família, à política e ao lugar e papel do indivíduo na sociedade, ocorrendo a reflexividade da modernidade sobre ela mesma. Nesse processo, o indivíduo passou a ser a unidade referencial do social. A individualização é ambivalente, pois, ao libertar o indivíduo de padrões e referências tradicionais, implica novas liberdades, marcada por riscos. Para a análise da sociedade, Beck propõe alguns critérios que serão abordados neste artigo.

Palavras-Chave: Modernização reflexiva. Individualização. Sociedade de riscos. Indivíduo. Ambivalência.

Abstract: Individualization is one of the issues discussed in the contemporary sociological analysis. Ulrich Beck is one of the authors who analyze this process in the context of the changing from the first to the second modernity. The second modernity, which is marked by risks, experiences a reflexive modernization, in which significant changes took place in the work sphere, in the family, in politics and in the placing and role of individuals. Therefore, what occurs is the reflexivity of modernity upon itself. In this process, the individuals became the referential unit of society. Individualization is ambivalent, in the sense that while it sets the individuals free from traditional standards and references, it also entails new types of freedom, characterized by impending risks. Beck proposes some criteria for the analysis of society, which will be examined in this article.

Keywords: Reflexive modernization. Individualization. Risk society. Individuals. Ambivalence.

Recebido em: 03/08/2010. Aceito em: 01/09/2010.

* Doutora em Sociologia pela Westfälische Wilhelms-Universität (Münster-Alemanha), professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil. E-mail: veraherweg@yahoo.com.br e/ou vhw@cse.ufsc.br.

1 Introdução

Este texto aborda a tese da individualização de Ulrich Beck.¹ Para apresentar a concepção de Beck, partimos das seguintes questões: o que significa a individualização em Ulrich Beck? Quais conceitos, categorias e concepções sustentam a análise da individualização e modernidade reflexiva? Qual a relação entre individualização, individualidade e identidade? Como chances e riscos estão colocados um para o outro na análise da individualização de Beck? Em que consiste a particularidade da análise de Beck? Os prognósticos expostos na obra *Risikogesellschaft* (Sociedade de Riscos) sobre o mundo do trabalho, família, ciência e política se consolidaram no tempo presente? Para Beck, quais os potenciais colocados ao indivíduo com a individualização ambivalente como uma condição positiva? (SCHROER, 2000). As análises de Beck se constituem em diagnóstico temporal ou em teoria? A tendência de individualização conduz a formas de existência solitárias e/ou dissolução da integração social? Há uma constituição de novas formas sistemáticas de relações sociais fundamentadas na individualização? Se a modernidade reflexiva conduz à standardização e institucionalização de situações de vida, então uma “sociedade pós-classe” é verificável?

A análise de Ulrich Beck acerca da individualização na modernidade reflexiva é controversa e polêmica. O próprio autor escreve acerca de sua concepção, afirmando ser “um fragmento de orientação empírica, teoria social projetiva”. (BECK, 1986, p. 13).^{*} Alguns consideram que sua concepção é apenas uma diagnose temporal e apontam para as fraquezas de sua construção teórica, como Luhmann (1991), Dubiel (1990) e Münch (2004). Outros enfatizam sua contribuição teórica para a sociologia, como Joas (1988), Ebers (1995), Berger (1996) e Schroer (2000; 2001). Podem-se destacar as considerações de

Bolte (apud POFERL; SZNAIDER, 2004, p. 07), para o qual Beck se esforçou em desenvolver e ampliar as perspectivas da pesquisa sociológica de forma inovadora e criativa, como, por exemplo, com suas teses sobre a sociedade de riscos, a modernidade reflexiva e a globalização, e contemporaneamente, com a ideia de uma sociologia cosmopolita, isto é, de uma sociologia que atravessa os limites e o pensar nacionais.

Não obstante, é preciso enfatizar que Ulrich Beck influenciou sobremaneira a pesquisa e as discussões teóricas da sociologia, principalmente na Alemanha e Inglaterra, com sua perspectiva crítica acerca da sociedade de risco, da modernização reflexiva e da individualização. A análise sociológica de Beck não é a constituição de uma teoria social, como em Habermas e Luhmann, todavia esse autor debateu, precisou, ampliou e atualizou o diagnóstico temporal-social.

A individualização já havia sido tema em Marx, Simmel, Durkheim e Weber. Esse conceito necessariamente deve ser entendido e associado ao processo de modernização, constituindo-se em dois conceitos inter-relacionados. Junge (2002, p.7) esclarece ser a individualização um processo no qual “o indivíduo passa a ser o ponto de referência central para si mesmo e para a sociedade”. Já o autor aqui em pauta, Ulrich Beck, a define como um processo no qual “cada um mesmo se torna a unidade de reprodução vital do Social” (BECK, 1986, p. 209). Isso significa que os indivíduos, enquanto agentes de ação, estabelecem suas formas de vida individual e coletiva e são a expressão de suas escolhas.

A individualização é entendida, no processo de formação e constituição social, no qual o indivíduo é a referência central das ações no mundo social. Enquanto processo, é caracterizado por ambivalências e contradições: amplia e limita as possibilidades de ação dos indivíduos, sendo compreendido e experimentado como fardo e como chance concomitantemente.

No desenvolvimento deste artigo serão apresentadas primeiramente as análises de Ulrich Beck sobre a sociedade de riscos e a modernização reflexiva. Na sequência, as características e ambivalências positivas da

¹ Nascido em 1944 na cidade de Stolp (Alemanha), foi professor titular de Sociologia na Ludwig-Maximilian-Universität em Munique até julho de 2009 e é professor visitante da London School of Economics and Political Science.

^{*} N. da autora: Um significativo esclarecimento se faz necessário, qual seja: na elaboração deste texto utilizamos somente textos originais em alemão, sendo as citações entre aspas traduções realizadas pela autora do presente artigo.

individualização nesse contexto. Abordar-se-ão, ainda, os critérios gerais para a análise da modernização reflexiva e da individualização e a pertinência do tema para no contexto social brasileiro.

2 O processo de modernização reflexiva

Ulrich Beck (1986; 1993) analisa a individualização no contexto da modernização reflexiva. Essa significa a reflexividade da modernidade sobre si mesma: processos constituintes da modernidade atuam sobre ela mesma, tornando-se, portanto, reflexivos. “O processo de modernização passa a ser ‘*reflexivo*’, torna-se a si mesmo tema e problema.” (1986, p. 26).

A modernização para Beck abrange os impulsos de racionalização tecnológica; as mudanças organizacionais do trabalho; a alteração do caráter social e da biografia normal e previsível; a mudança dos estilos e formas de vida, das estruturas de poder e de influência, das formas de dominação política e de participação, da concepção da realidade, das normas de conhecimento e produção científicas.

Esse autor expõe as suas primeiras teses sobre a individualização no seu livro *Risikogesellschaft* (1986). Nessa obra, Beck (1986, p. 25) ainda escreve sobre a modernidade progressiva, na qual “a produção social da *riqueza* [caminha] em unidade com a produção social de *riscos*” (grifos no original). O autor entende que a distribuição dos riscos na modernidade desenvolvida está associada a duas condições: a) a necessidade material real pode ser objetivamente minimizada e socialmente excluída e b) os riscos e ameaças potenciais são liberados pelo processo de modernização até extensões antes desconhecidas.

Beck (Ibidem, p. 28) diferencia entre riscos e perigos. No que se refere à relação com inseguranças, o autor analisa que na realidade é possível diferenciar: a) riscos *ainda* são, ou seja, tem um caráter de continuidade e permanência, e b) perigos *não* são *mais* relacionados com as instituições consolidadas e consequências gerais controláveis da produção industrial e

sistemas técnicos. Para esse autor, o processo de transição para uma sociedade de riscos é observável a partir dos anos 1970. A sociedade de risco não está completamente consolidada, mas quando o processo de transição tiver acabado, ocorrerá realmente um processo de mudança da sociedade, “que conduzirá para a saída das atuais categorias e trilhas do pensar e da ação”. (Ibidem, p. 27).² Os riscos da modernização são produto *incontestemente* da maquinaria do avanço industrial e são agravados com o desenvolvimento *sistemático* desse último. No centro da análise dos riscos está a arquitetura social e a dinâmica política dos potenciais autoriscos civilizatórios.

Acerca da disposição de riscos o autor expõe cinco teses (Ibidem, p. 29-31):

1. Riscos, da forma como eles são gerados no degrau do desenvolvimento produtivo avançado, se distinguem essencialmente de riquezas. Eles comumente liberam danos irreversíveis, permanecem nuclearmente invisíveis, baseiam sobre interpretações causais, circulam em torno de seu próprio conhecimento, sendo que este, de outro lado, pode diminuí-los, aumentá-los, dramatizá-los ou minimizá-los.
2. Com a distribuição e o crescimento de riscos emergem novas situações de riscos sociais.
3. Riscos elevam a lógica de desenvolvimento capitalista para um patamar superior.
4. Riquezas podem ser possuídas, aos riscos se está sujeito.
5. Riscos sociais contêm um conteúdo político incendiário. Na luta pública pelos riscos trata-se de suas consequências sociais, econômicas e políticas, e ainda, da reorganização de poder, da determinação de responsabilidades e da gestão de catástrofes.

Para enfrentar a situação crescente de riscos, as saídas podem ser construídas pelo

² É necessário ressaltar o contexto social da análise de Beck, ou seja, a realidade socioeconômica e política da Alemanha em final dos anos 1970 e início dos anos 1980. Justamente pela análise temporal que esse autor faz, seus escritos são por alguns críticos denominados de diagnóstico social e não teoria social. As prospecções realizadas por Beck não se efetivaram conforme havia suposto.

conhecimento científico. Todavia, Beck (1986, p. 79) esclarece que “a história da tomada de consciência e do reconhecimento social de riscos desmorona conjuntamente com a história da desmistificação da ciência”. O problema está em que, enquanto os riscos não forem reconhecidos pela ciência, eles inexistem e com isso, não são pesquisados. Assim, sendo, inexistem juridicamente, medicinalmente, tecnologicamente, socialmente e, por isso, não são prevenidos, tratados, indenizados. (Ibidem, p. 95).

Outra dimensão da modernização reflexiva é o surgimento de riscos e inseguranças sociais, biográficas e culturais, já que na modernidade avançada, as estruturas internas da sociedade industrial (classes, arranjos familiares, casamento, profissão, papéis sexuais e de gênero) e as daí decorrentes bases naturais de conduta foram dissolvidas.

A mudança social no interior da modernidade liberta as pessoas das formas sociais tradicionais da sociedade industrial, ou seja, os indivíduos são postos libertos em relação à classe, grupo social, família, situações de gênero. Sobre isso Beck (Ibidem, p. 116-7) formula sete teses:

1. Nos ricos países industriais do ocidente, com o desenvolvimento do Estado de Bem-Estar Social após a Segunda Guerra Mundial se consolidou um avanço de individualização na sociedade, de dinâmica e abrangência desconhecidas até então. Os indivíduos foram libertados de suas condições de classe e da proteção familiar, bem como foram fortemente expostos aos seus próprios destinos individuais, especialmente na inserção no mercado de trabalho, com todos seus riscos, chances e contradições. Na Alemanha Ocidental as condições gerais do Estado e da sociedade conduziram à libertação do indivíduo de suas vinculações de classe e de seus papéis sexuais.

2. Em relação à interpretação acerca da desigualdade social emerge uma situação ambivalente: a suspensão das bases seculares do pensar em categorias tradicionais para além da sociedade de grandes grupos (classes, estamentos ou camadas sociais).

Beck (1986, p. 117) afirma: que “a dinâmica do mercado de trabalho assegurado pelo Estado afinou e dissolveu as classes sociais no capitalismo. Deparamo-nos pensando em categorias marxistas [...], mas com o fenômeno de um capitalismo *sem* classes, em contraposição às estruturas e problemas de desigualdade social a ele vinculados”.

3. A tendência da situação “sem-classe” das desigualdades sociais evidencia-se de maneira exemplar na distribuição do desemprego em massa, na medida em que de um lado estão os desempregados de longa duração ou os que nunca foram inseridos no mercado formal de trabalho, e de outro lado, a constância do número de desempregados não implica nos casos registrados das pessoas atingidas (entre 1973 e 1983 cada terceira pessoa assalariada já havia estado uma ou mais vezes desempregada). Ao mesmo tempo, crescem desempregados não registrados oficialmente (no caso de donas de casa, jovens, aposentadoria antecipada), bem como de ocupados subocupados (aqueles com jornada de trabalho e de formas de ocupação flexíveis). Com isso, desigualdade social é agravada e individualizada, surgindo uma “*nova imediatividade entre indivíduo e sociedade*” (Ibidem, p. 117-118 – grifo no original). As crises sociais aparecem como fracasso pessoal.

4. A libertação relativa à inserção de classe social é sobreposta a uma libertação da *condição de gênero* (Ibidem, p. 118 – grifo no original), essencialmente pela mudança do papel da mulher. A espiral de individualização também se manifesta no interior da família de maneira acelerada, pois seus membros são influenciados pela inserção no mercado de trabalho, formação e mobilidade social. É um equilibrar-se entre exigências profissionais, necessidades de qualificação profissional continuada, obrigações com crianças e vida doméstica. Surge o tipo “negociação familiar temporal”.

- 5) As contradições fundamentais da sociedade industrial se manifestam como moder-

nidade fragmentada, pois essa dividiu seus princípios (liberdade individual e igualdade), determinando os papéis dos gêneros pelo nascimento, tornando-os situações relacionais (BECK, 1986, p. 118). A sociedade industrial é também sempre classista, estamental, sendo esses seus fundamento e produto. Sua consolidação pressupõe a suspensão da moral familiar, da unidade entre casa e trabalho assalariado.

5. A particularidade do avanço da individualização contemporânea está na libertação de classe e do núcleo familiar dos indivíduos. “Cada um individualmente passa a ser a unidade de reprodução vital do social [...] os indivíduos são, tanto no interior como no exterior da família, atores de suas próprias garantias de existência via mercado, bem como ao planejamento e organização de suas biografias” (Ibidem – grifo no original). A individualização caminha concomitantemente com a tendência da *institucionalização e padronização* de condições de vida. Os indivíduos livres passam a ser dependentes do mercado de trabalho e, *com isso*, dependentes da formação/qualificação, do abastecimento para o consumo, das regras sociojurídicas, do planejamento viário, da oferta de bens de consumo, das possibilidades e tendências na ciência, principalmente Medicina, Psicologia e Pedagogia. Em resumo, libertação de classe e estamento significam novas dependências, que são institucionalizadas e padronizadas.

6. “Em consequência, a individualização é compreendida como um *processo de formação social* histórico e contraditório” (Ibidem – grifo no original). A conscientização da contraditoriedade desse processo pode conduzir a novas coletividades socioculturais, no qual podem emergir novos movimentos sociais, que agem na *formação de*

identidade social nas vidas destradicionalizadas e individualizadas.

Em relação às três primeiras teses, Beck (Ibidem) tece a seguinte conclusão: na Alemanha pós-guerra desenvolveu-se uma dinâmica socioestrutural, a qual não é explicável pela teoria de classes na tradição de Marx,³ nem na tradição da formação grupal-estamental de classes sociais perpassada pelo mercado como em Weber.⁴ Para Beck (1986), a análise social a partir de grandes grupos tradicionais (classes, estamentos, camadas) passa a ser questionável, porque as duas grandes barreiras na formação desses, quais sejam, a formação de classes ou por empobrecimento crescente ou por formação comunitária estamental, quebram com o desenvolvimento do bem-estar. Esse autor entende que uma sociedade, que não age mais segundo categorias de classe ou estamento observáveis, encontra-se na procura de outra estrutura social, estando esses conceitos em estado de despedida e em transição, sendo substituídos pela aplicação do conceito de classificação. (Ibidem, p. 139-140).

Em relação à quarta tese, sobre os papéis de homens e mulheres na segunda modernidade, Beck (Ibidem) aponta para mudanças e continuidades existentes na situação de gênero de homens e mulheres na modernidade reflexiva. Ele assinala para a relação entre discurso e realidades, indicando as incongruências dessas

³ Para Marx e Engels, classe é definida pelo seu lugar num determinado sistema histórico de produção social, pela sua relação com os meios de produção, pelo seu papel na organização social do trabalho e, em consequência, pela forma de obtenção e a magnitude da participação na riqueza social, sobre os quais elas dispõem. Uma classe apropria-se o trabalho de outra devido à diferença de seu lugar num determinado sistema econômico. O critério de agregação constitui-se no fato da propriedade privada ou não dos meios de produção. Além disso, na sociedade de classes há um crescente processo de pauperização dos trabalhadores, sendo que esta é entendida como chance para o desenvolvimento da consciência de classe (da classe “em si” para a classe “para si”).

⁴ Weber faz nuclearmente a tentativa de desmistificação das relações de produção “enquanto fator determinante primeiro das desigualdades sociais”. Esse autor diferencia classes, estamentos e partidos entre si: “classes” se formam na relação aos meios de produção e para a aquisição de bens; “estamentos” pelo princípio de seu consumo de bens na constituição de diferentes maneiras de “conduzir a vida”; “partidos” estão orientados pelo e para o exercício do poder. Weber qualifica classes como: a) a totalidade dos trabalhadores; b) a pequena burguesia; c) a inteligência sem posses e escolarizados e das classes dos proprietários e privilegiados pela formação. O conceito de classe em Weber inspirou as pesquisas sobre desigualdades no contexto de mudanças sociais.

* N. da autora: No original em alemão, o termo empregado é *Vergesellschaftung*, mas para o qual não há uma tradução exata e equivalente, já que tal expressão é usada para designar o processo de tornar ideias e ações em processo de constituição de uma sociedade. Com isso, então, uma tradução mais adequada seria o “*vir a ser em/de uma sociedade*”. É necessário mencionar a centralidade desse termo na análise sociológica alemã.

duas dimensões, na medida em que avanços e mudanças são observáveis. Todavia, constatam-se continuidades no desempenho de papéis tradicionalmente masculinos ou femininos.

Acerca da sexta tese, padronização e institucionalização de situações de vida e modelos biográficos, Beck (Ibidem, p. 125) a entende como sendo o início de um *novo modo de formação social*, podendo ser analisada como uma espécie de “mudança de forma” ou “mudança categorial” na relação entre indivíduo e sociedade.

A individualização redimensionou as desigualdades sociais e o seu caráter de classe. A mobilidade dos indivíduos pode se modificar autonomamente, constituindo-se num “efeito elevador” (*Fahrstuhleffekt*), movimentando-se tanto para cima como para baixo (BECK, 1986, p. 142). Esse processo atinge o indivíduo vítima de desemprego de massas, pois esse pode descer na mobilidade social a qualquer momento, no sentido de piorar seu poder aquisitivo e com isso suas condições de vida. A característica particular da “nova” pobreza, não integrada ao mercado de trabalho, é a visão dessa situação como destino pessoal e circunstancial numa determinada fase de sua vida. No entanto, o número de desempregados subiu continuamente, concentrando-se em grupos vulneráveis (mulheres, estrangeiros, jovens, pessoas com baixa qualificação) e nem todos são atingidos igualmente pelo desemprego.

Beck (Ibidem, p. 158-9), ao analisar a transição da sociedade industrial para a pós-industrial, a “sociedade pós-classes” destradicionalizada e individualizada, constata a permanência ou exacerbação de diferentes elementos de desigualdades, pelos seguintes aspectos:

1. Instituições sociais como partidos políticos, sindicatos, governos, repartições públicas, *tornam-se conservadores de uma realidade social cada vez menos existente.*

2. As diferenças sociais de classe perdem sua identidade referencial e, com isso, *empalidece a ideia de mobilidade social.* Desigualdades são redefinidas como individualização de riscos sociais, sendo legitimada por intermédio do êxito.

3. Para o domínio de situações problemas, os indivíduos são forçados a coalizões sociais e políticos exacerbados pela mídia. Com isso, a estrutura social passa a ser susceptível aos *temas e conflitos em moda coagidos pelos meios de comunicação de massa.*

4. Com base nas características naturais, ou seja, as *de destino* (raça, cor da pele, sexo, grupo étnico, idade) surgem conflitos permanentes, decorrendo daí também chances de politização e de organização.

Na modernização reflexiva houve uma generalização da ciência e da política, ambas passando todas as esferas da vida social. Diante dessa afirmação, nosso autor coloca quatro teses fundamentais:

1. A cientificação se consolida, todavia, no que se refere ao trabalho científico, as relações internas e externas estão totalmente modificadas. A ciência não é apenas fonte para a solução de problemas, mas causadora de novos problemas. (BECK, 1986, p. 255).

2. As pretensões do conhecimento científico são desmonopolizados, ou seja, a ciência é simultaneamente cada vez mais necessária e cada vez menos suficiente para a definição de verdades socialmente aceitas como válidas. (Ibidem, p. 256).

3. Da ciência são esperados conhecimentos e opções para a ação. Ela desconstrói velhos e constrói novos tabus, inspiradores de ações dos indivíduos. (Ibidem, p. 257).

4. As bases da racionalidade científica permanecem intactas. Porém, o construído pela humanidade pode também ser por ela destruído. (Ibidem, p. 258).

Diante disso, uma das teses centrais da teoria da modernidade reflexiva pode ser resumida na seguinte afirmação: “*na medida em que a modernidade se torna reflexiva, cai em contradição com as suas fórmulas de auto-descrição*” (BECK, 2004, p. 191 – grifo no original), ocasionando a desvalorização de processos reflexivos. Isso significa que a ciência da primeira modernidade perde seu poder de explicação na segunda modernidade. Na

ciência e na política a separação entre reflexão e reflexividade não é tema trivial. O autor enfatiza que em sendo a ciência pesquisa cientificamente ou a política politizada “subpoliticamente”, as autodescrições clássicas desses sistemas parciais perdem em plausibilidade, tornando necessário examinar essas tendências também para outros sistemas parciais.

Outro tema central na análise da modernidade reflexiva é a política. Beck (1986) aponta para a perda de fronteiras da política e constata:

1. A modernidade separou por completo as instâncias da política e esfera pública das instâncias da economia e esfera privada. Todavia, essa contraposição é colocada em dúvida na modernidade reflexiva. (Ibidem, p. 301).

2. Na modernidade a fronteira entre política e não política pousava sobre duas pré-condições: as desigualdades sociais e de classe impeliram ao Estado Social e, ainda, o desenvolvimento das forças produtivas e do conhecimento científico estavam intimamente relacionados. O mal-estar consiste na capacidade de ação da política nesse contexto. (BECK, 1986, p. 303).

3. Esse último fato deixa espaço para o surgimento de participação política na exterioridade do sistema político e surge uma nova cultura política (iniciativas cidadãs, movimentos sociais). (Ibidem, p. 304).

4. “O político torna-se não o político e o não-político o político.” (Ibidem, p. 305 – grifo no original). Beck (Ibidem, p. 307) entende que no contexto da “estabilidade institucional e de responsabilidades inalteradas, o poder de realização caminha do campo da política para o da subpolítica” (grifo no original). Com isso, o poder da política de conceber e efetivar não se realiza. Daí, três variantes poderiam vir a suceder: o retorno à sociedade industrial, a democratização das mudanças tecnológicas e a “política diferencial”, essa última significando a política como ilimitada. Com a generalização da política, a economia e a ciência não podem portar-se com indife-

rença em relação às mudanças ocorridas na sociedade.

Ainda, para o nosso autor, um tema central é o processo de mudanças ocorridas no mundo do trabalho na modernização reflexiva. Ele analisa a efetivação da despadronização do trabalho assalariado, bem como da formação e da ocupação, pois o modelo de ocupação integral estandardizado é substituído por formas plurais e flexíveis de subocupação. Para ele, as três colunas do mundo do trabalho tradicional são desconstruídas: o direito ao trabalho, o local de trabalho e o tempo de trabalho. Nesse processo, os riscos psíquicos e de saúde são privatizados, no sentido de serem de responsabilidade individual. Também as categorias fundamentais – empresa, profissão e salário – não correspondem mais à realidade referencial do mundo do trabalho. O processo de racionalização caminha tanto contra as formas industriais como quanto nas vias do trabalho assalariado, ou seja, formas sociais e princípios organizacionais do trabalho são refundados.

Na análise de Beck (2000, p. 24) a sociedade do pleno emprego ruiu. As consequências do desemprego repousam sobre o trabalhador, que corre o risco de ter que submeter-se a subocupação com salários precários, ocorrendo com isso um processo de empobrecimento dos trabalhadores. O autor aponta para a necessidade de se tematizar a questão do trabalho e da ocupação na sociedade de forma geral, pois em sendo o trabalho atividade vital para a constituição da subjetividade, outras formas alternativas poderiam vir a ser desenvolvidas, como o trabalho cidadão ou formas cooperativas e solidárias de organização do trabalho. (BECK, 2004).

Em seu livro *Reflexive Modernisierung* (Modernidade reflexiva) Beck (1996, p. 27) esclarece e aprofunda alguns de seus conceitos. Ele defende que a individualização caminha concomitantemente com o processo de globalização. Constata que há uma perda de fronteiras em todos os campos, o que demanda novas formas de pensar. A modernidade reflexiva significa contramodernização, autotransformação da sociedade industrial, e ainda, dissolução da primeira para a segunda modernidade. Todavia, esse processo ocorre de maneira irrefletida, indesejada, precisamente

com a força não manifesta das “consequências” no que se refere às relações de insegurança e segurança, político e não político, dentro/fora (luta por novas fronteiras). Para Beck (Ibidem, p. 30) “modernização reflexiva significa [...] uma modernização *potencializada* com alcance *socialmente modificável*” (grifos no original). É uma dialética de modernização não concluída, não definitiva.

Enfim, a questão central das análises de Beck pousa, em última instância, sobre as mudanças ocorridas no mundo do trabalho e na política, quando se constata a consolidação da sociedade de riscos, da modernidade reflexiva. Nos últimos anos, em suas obras publicadas entre 2007 e 2010,⁵ esse autor tem ampliado suas análises para o contexto internacional, quando passa a analisar o mundo do trabalho e a desigualdade a nível global, o descentramento e o lugar do capital e da política no contexto transnacional. Nessas obras analisa que as ambiguidades e as contradições decorrentes dos processos de modernização reflexiva se expressam e manifestam no contexto internacional, mais ainda, a nível transnacional, aprofundando os riscos, as desigualdades, as incertezas, as inseguranças.

3 Sobre a Reflexividade

Reflexividade é um conceito central nas análises de Beck. Esclarecendo esse conceito, Beck e Holzer (2004) explicam “reflexividade não pode ser confundida com mais reflexão”: mas reflexividade esconde as bases de autodescrição moderna. Ela mesma torna-se problema de reflexão”. (apud BECK; BONß; LAU, 2004, p. 165). Como a modernização reflexiva se ocupa

⁵ As obras aqui referenciadas são: *Was ist Globalisierung?: Irrtümer des Globalismus – Antworten auf Globalisierung* (O que é globalização: equívocos do globalismo – respostas à globalização), originalmente publicada em 2007; *Weltrisikogesellschaft: Auf der Suche nach der verlorenen Sicherheit* (Sociedade de risco mundial: à procura da segurança perdida), originalmente publicada em 2008; *Macht und Gegenmacht im globalen Zeitalter: Neue weltpolitische Ökonomie* (Poder e contra-poder: nova economia política mundial), originalmente publicada em 2009; *Grosse Armut, grosser Reichtum: Zur Transnationalisierung sozialer Ungleichheiten* (Imensa pobreza, imensa riqueza: para a transnacionalização de desigualdades sociais), publicado com Angelika Pöferl, em 2010.

* N. da autora.: do verbo refletir, com o sentido de espelhar, reproduzir, não de pensar.

sempre mais com o domínio de problemas autocriados, a reflexividade significa a ocupação com problemas, fronteiras e consequências do processo de modernização.

Reflexão e reflexividade são conceitos comumente confundidos na sociologia, o que gerou mal-entendidos no âmbito das línguas anglo-saxônicas. Nessas, reflexão é igualmente descrito como conhecimento. Todavia, a análise de Beck acerca da modernização reflexiva sustenta-se no termo reflexividade, o qual aborda e implica na diferenciação de formas de autorreferência. O processo de modernização é reflexivo no sentido de que ele está crescentemente executado, efetivado, espelhado sobre si mesmo. As consequências da modernidade reflexiva se reproduzem sobre ela mesma.

“A segunda modernidade sucede quando reflexividade triunfa sobre reflexão, quando, então, o tornar-se reflexivo do processo de modernização deixa as auto-descrições clássicas da modernidade se tornarem obsoletas.” (Ibidem, p. 170 – grifo no original). Ou seja, na segunda modernidade, *reflexivo* significa que os princípios da modernidade são aplicados para problemas de ordem secundária ou racionalização de ordem secundária, procurando por soluções adequadas para problemas autocriados.

4 O processo de individualização na modernidade reflexiva

Nas análises de Beck (1986), a individualização é um processo social que assume feições muito particularizadas na modernidade reflexiva. Ele esclarece que a modernização conduziu a diversas formações, quais sejam, domínio do Estado, a concentração de capital, o entrelaçamento de divisão do trabalho e relações de mercado cada vez mais sofisticados, a mobilidade social e o consumo de massa, e, ainda, a *individualização* composta de três dimensões:

- Dissolução de elos e formas sociais historicamente prescritas de autoridade e dominação e de relações de satisfação tradicionais (“dimensão da libertação”);

- Perda de seguranças tradicionais em vista do conhecimento, fé e normas dirigentes (“dimensão da desmistificação”);
- Novas formas de inserção social (“dimensão da reintegração e do controle”). Essa última se constitui em contraposição às duas primeiras.

Beck (1986, p. 207) considera que ao lado dessas três, é preciso diferenciar conceitualmente duas outras dimensões, quais sejam, as situações de vida objetivas e a consciência subjetiva (identidade, devir pessoal). Daí resulta um quadro analítico com seis campos, no qual numa linha horizontal se colocam duas categorias: a) situação de vida objetiva e b) consciência/identidade subjetiva. E, numa primeira coluna se colocam: as categorias a) liberdade, b) perda de estabilidade e c) forma de controle. Estas categorias podem ser entrecruzadas possibilitando seis diferentes dimensões de análise da individualização.

Por vezes a individualização é associada, em forma de equivalência, com individuação, devir pessoal, singularidade e emancipação. Mas isso nem sempre é verdadeiro, pois pode também significar o contrário. Acerca da coluna direita do quadro, identidades subjetivas, poucas análises foram desenvolvidas até o momento. Até o presente, individualização foi compreendida como conceito social, não individual-pessoal. Contudo, há um tema de relevância a ser abordado no processo de individualização, qual seja a mudança das situações de vida e padrões e modelos biográficos.

A dissolução de características de classes sociais na Alemanha Ocidental está relacionada tanto com as vinculações sociais e culturais de classe no âmbito da reprodução (formação escolar ou acadêmica, papéis sexuais, renda, moradia, lazer, etc.), quanto com as mudanças no âmbito da produção (flexibilização no mundo do trabalho: lugar, condição jurídica, tempo).

A individualização é, na modernidade reflexiva, caracterizada por novas formas de inserção social, sendo essa denominada por Beck (1986) como sendo de reintegração e controle, formulando sobre a mesma três considerações:

- A particularidade do avanço da individualização na Alemanha Ocidental está nas suas consequências. “*Cada um singularmente torna-se unidade de reprodução vital do social*” (Ibidem, p. 209 – grifo no original). Indivíduos se tornam no contexto interior e exterior da família, em atores que asseguram sua existência e são organizadores e planejadores de sua própria biografia.
- A diferenciação do individual caminha concomitantemente com a padronização elevada, altamente influenciada pela mídia, principalmente em âmbitos como o mercado de trabalho, o consumo, as finanças, a legislação, etc.
- Surge um recorte novo entre o privado e as diferentes esferas do público. Situações individuais tornam-se progressivamente dependentes e controlados por instituições sociais públicas e privadas. “A individualização passa a ser a forma *mais avançada* de formação social dependente do mercado, da legislação, da formação, etc.” (Ibidem, p. 210 – grifo no original).

No processo de libertação das instituições tradicionais (família, empresa, etc.), surgem simultaneamente novas dependências. “Estas apontam às *contradições imanentes ao processo de individualização*” (Ibidem, p. 211 – grifo no original). Para a libertação da classe e da família surgem outras instâncias e organizações que atravessam a vida dos indivíduos particulares (escola, instituições de assistência à saúde, local de trabalho, etc.).

Pela dependência institucional cresce a susceptibilidade a crises situacionais individuais (Ibidem, p. 214). A individualização de processos de vida significa que as biografias se tornam “*autorreflexivas*” (Ibidem, p. 216). Decisões acerca de formação, profissão, casamento, número de filhos *precisam* ser tomadas, não lhes é possível desviar. As biografias naturais tornam-se biografias de escolha, de construção. “Há a exigência de um *modelo da ação ativo do cotidiano*” (Ibidem, p. 217 – grifo no original). Biografias individualizadas são

abertas ao ilimitado contínuo: família e trabalho assalariado, qualificação e ocupação, administração e locomoção, consumo, medicina, etc. Com isso, a “biografia é a soma das racionalidades sistêmicas parciais” (Ibidem, p. 219 – grifo no original).

No contexto da individualização se efetiva a despadronização do trabalho assalariado, da formação e da ocupação. O modelo de ocupação integral estandardizado é substituído por formas plurais e flexíveis de subocupação. As três colunas do mundo do trabalho tradicional são desconstruídas, quais sejam, o direito do trabalho, o local de trabalho e o tempo de trabalho. Nesse processo, os riscos psíquicos e de saúde são privatizados, no sentido de serem responsabilidade individual. Também as categorias fundamentais – empresa, profissão e salário – não correspondem mais à realidade do mundo do trabalho. O processo de racionalização caminha contra as formas industriais e trilhas do trabalho assalariado, pois as formas sociais e princípios organizacionais são refundados, impactando no sistema de proteção social. Mas Beck (1986, p. 236) chama a atenção de que “sem a construção de um sistema de seguridade social há a ameaça de um futuro com pobreza. Com a criação de uma renda mínima juridicamente assegurada para todos, o desenvolvimento poderia garantir uma fatia de liberdade para todos” (grifos no original).

Outro aspecto a ser considerado no processo de individualização se refere à realidade vivida pelos jovens. Esses permanecem cada vez mais tempo em formação/qualificação, para escapar de um futuro hesitante de desemprego. A seleção interna na escola ganha um significado central, pois o pulo para o ensino secundário ou para o ginásio torna-se o pulo para a “margem salvacionista” de um futuro possível com emprego. A situação nas universidades e escolas técnicas superiores modificou-se de maneira sutil. Beck (Ibidem, p. 248) considera que a expansão da formação profissional e acadêmica está avançando em direção a uma refeudalização da distribuição de chances e riscos.

No processo de mudança social, Beck e Beck-Gernsheim (1994) analisam a individualização como libertação contínua de laços e formas sociais. A individualização refere-se tanto a

situações objetivas de vida quanto à consciência subjetiva. Os indivíduos são libertos de laços e identidades.

Individualização significa, de um lado, a dissolução de formas de vida prévias, por exemplo, a fragilização de categorias como classe, estamentos, papel sexual, família, vizinhança, etc.; ou significa ainda, [...] a implosão de biografias normais nos limites de um país, condições gerais de orientação e modelos estabelecidos. (Ibidem, p. 11).

No lugar de religião, tradição e Estado sobrevêm novas exigências, controles e obrigações aos indivíduos na sociedade moderna. O indivíduo deve autodirigir-se, controlar-se e decidir sobre sua vida, inclusive nos aspectos relativos à proteção social e às condições de trabalho. Se na sociedade tradicional o indivíduo adentrava nessa por nascença, na sociedade atual a inclusão demanda esforço ativo individual. Consolida-se a biografia da escolha, da construção, do malabarismo, da ruptura, do risco. Apesar das novas liberdades, há muito esforço e desgaste. A individualização se constitui numa dinâmica social, não repousada sobre as decisões livres dos indivíduos, mas é uma obrigação, aos quais as pessoas estão destinadas.

Na análise de Beck e Beck-Gernsheim (1994, p. 21) há duas novidades e particularidades no processo de individualização na segunda metade do século XX. A primeira se refere a que a exigência de um crescente número de indivíduos, no limite de todos, viver uma vida própria, individual, sendo o novo a democratização da individualização. A segunda particularidade está no fato das condições sociais exigirem individualização, essa vinculada à situação do mercado de trabalho, exigências de formação e mobilidade, direito social e do trabalho, poupança para a aposentadoria, etc. É a individualização institucionalizada.⁶

Esse ambivalente e contraditório processo social do século XX (SCHROER, 2001, p. 389) leva ao questionamento acerca de seu conteúdo

⁶ Esses autores desenvolvem essas particularidades relacionando-as com a história social da família. Como essa não se constitui em tema desse artigo, não o desenvolveremos aqui.

e consequências, no sentido de gerar mais autonomia ou anomia, integração ou desintegração social. A resposta para essa questão aponta para as liberdades de risco. Para Beck e Beck-Gernsheim (Ibidem, p. 32-34) emancipação e anomia formam uma mistura químico-política explosiva, pois as três formas de integração em sociedades altamente individualizadas (família, trabalho, sistema de proteção social) tornam-se mais inseguras e frágeis, sendo suas funções questionáveis, principalmente a integração por valores, a participação no bem-estar e a consciência nacional. Eles entendem que há uma relação direta entre integração social e capacidade de revisão atual bem como planejamento para o futuro, mas o alcance disso permanece questionável.

A individualização crescente leva ao desmoronamento de valores, normas, modelos de orientação e ação coletivos repartidos. O resultado é que relações e obrigações sociais e coletivas são estabelecidas somente se resultam em vantagens individuais (BECK; SOPP, 1997, p. 9). Mas, de outro lado, pode surgir outra solidariedade social, com características mais multifacetada e voluntária e podendo se apresentar como condição para a integração de sociedades modernas diferenciadas.

Os autores Beck e Sopp (1997) concluem que o processo de individualização não se constitui em um problema em si, mas sim, o surgimento de problemas no processo de individualização, já que nesse último antigas situações de conflito não são dissolvidos e novos problemas vão surgindo. Da mesma forma, a individualização coloca condições necessárias para a integração de sociedades modernas e complexas. (Ibidem, p. 17).

Em síntese, baseado em Junge (2002), vale enfatizar quanto aos componentes socio-estruturais da individualização, quais sejam, as dimensões da estrutura (classes sociais, desigualdades sociais), da trajetória de vida e identidade (despadronização progressiva, perda de referências, biografia de "construção"), da política (participação eleitoral), da solidariedade (formas de solidariedade modificadas). Assim, a individualização se constitui no ambivalente processo de autorreferência do indivíduo.

5 Critérios gerais para a análise do processo de modernização

Beck (1996, p. 69) tem a intenção de apresentar a teoria da modernização reflexiva como um paradigma de pesquisa. Nesse sentido, aponta para três questões de pesquisa, quais sejam, a democracia reflexiva, a politização da racionalização organizacional e ainda, a fragilização das biografias e situações de vida.

Retomando o exposto até o momento, o processo de mudança da primeira para a segunda modernidade é qualificado como sendo contraditório, não linear, descontínuo, com rupturas, deslocamentos e inseguranças. Enquanto que as premissas da primeira modernidade subsistem no Estado-Nação, na individualização, na sociedade salarial, na exploração da natureza, em concepções definidas de racionalidade científica e no desenvolvimento pelo princípio da diferenciação funcional, na segunda modernidade é possível reconhecer outros processos, como a globalização industrial, política e cultural, a erosão de modelos de vida estamentais-coletivos-monocromáticos, a revolução nos papéis sexuais e de gênero, a subocupação flexível, a existência de uma crise ecológica. Vale destacar ainda que na primeira modernidade a homogeneidade nacional-estatal, era pautada nas dimensões de espaço e tempo, de espaço e população e de passado e futuro, todavia, depreciadas pela esperada diferencialidade do futuro. Daí, sucedem riscos e incertezas. Na segunda modernidade os conceitos de espaço e tempo ganham novo significado. (BECK; BONß; LAU, 2001).

Para Beck; Bonß e Lau (Ibidem), é competência das ciências sociais analisar o processo de mudança da primeira para a segunda modernidade, conceituando-o e pesquisando-o empiricamente, para que possa ser entendido por pessoas e instituições de forma geral e, daí, colocar possibilidades de ação para as mesmas. Eles caracterizam os limites e diferenças da modernidade reflexiva para a pós-modernidade, pois apesar de intercruzamentos, há diferenças e contraposições. Enquanto a pós-modernidade trata da *desestruturação* e *desconstrução* das ciências sociais, a teoria da modernidade reflexiva aborda-a enquanto *reestruturação* e *reconceitualização*, com a necessidade de ser nova e *forte* (Ibidem, p.13-14).

Beck; Bonß e Lau (Ibidem) desenvolveram critérios de teste para a pesquisa e análise da modernização reflexiva, divididos em dois grupos,

quais sejam, os critérios gerais e as consequências para a subjetividade,⁷ conforme apresentado pelos próprios autores na tabela abaixo:

Tabela 1 – Critérios para análise do processo de modernização reflexiva

I. Critérios gerais			
	<i>Primeira Modernidade</i>	<i>Modernidade reflexiva</i>	<i>Pós-modernidade</i>
Fronteiras	<ul style="list-style-type: none"> • Fronteiras inequívocas, institucionalmente asseguradas (esferas sociais, natureza-sociedade, ciência-senso comum) 	<ul style="list-style-type: none"> • Pluralização de fronteiras e diferenças de base • Reconhecimento positivo da pluralização de fronteiras • Necessidade do estabelecimento de fronteiras como ficção institucional • Problemas de decisão institucionais novos (conflitos de responsabilidades e fronteiriços) 	<ul style="list-style-type: none"> • Pluralização, ou seja, dissolução de fronteiras • Reconhecimento positivo da pluralização de fronteiras
Bases do conhecimento e racionalidade	<ul style="list-style-type: none"> • Encerramento de discursos por fundamentação científica consensual • Opacidade de efeitos colaterais e incertezas irremediáveis • Monopólio de fundamentação da ciência 	<ul style="list-style-type: none"> • Crescimento de recursos de fundamentação científica contraditório • Reconhecimento do não conhecimento e formas de fundamentação alternativos e não científicos • Incorporação de efeitos colaterais inesperados (riscos) • Cercamento dos discursos por instituições <i>ad hoc</i> das decisões conformadas 	<ul style="list-style-type: none"> • Pouca necessidade de fundamentação, ou seja, estabelecimento de limites plurais quaisquer
II. Consequências para a Subjetividade			
	<i>Primeira Modernidade</i>	<i>Modernidade reflexiva</i>	<i>Pós-modernidade</i>
Fronteiras institucionais e subjetivas	<ul style="list-style-type: none"> • Fronteiras subjetivas atribuídas, não contraditórias e inequívocas, nos âmbitos sociocultural, institucional e técnico • Direção da trajetória de vida no contexto de fronteiras subjetivas pré-determinadas 	<ul style="list-style-type: none"> • Pluralização de fronteiras subjetivas possíveis • Reconhecimento da pluralidade de fronteiras subjetivas possíveis • Necessidade do estabelecimento de fronteiras subjetivas como ficção positiva • Dificuldades institucionais, coletivas e individuais de coordenação de redes plurais e fronteiras subjetivas 	<ul style="list-style-type: none"> • Pluralização de fronteiras subjetivas possíveis • Necessidade do estabelecimento de fronteiras subjetivas não é reconhecida • “Mentalidade de artífice”; subjetividade múltipla difundida
Bases do conhecimento e da racionalidade	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento das fronteiras em bases institucionais, culturais, técnicas, morais inequívocas 	<ul style="list-style-type: none"> • Individualização e pluralização dos fundamentos acerca das fronteiras do sujeito • Orientação em modelos de identidade novos e plurais • Reconhecimento de inseguranças, incertezas e consequências inesperadas de decisões individuais e institucionais. • Tomada de decisões cooperativas por intermédio de negociações <i>ad hoc</i> (subpolítica) • Reconhecimento da ficcionalidade das decisões e da biografia 	<ul style="list-style-type: none"> • Deslocamento experimental, estético ou situacional das fronteiras do sujeito

Fonte: Beck; Bonß e Lau (2001, p. 41-46)

⁷ Beck; Bonß e Lau (Ibidem, p. 38) observam que esses critérios foram recentemente propostos e, por isso, necessitam ainda de mais apropriação no campo empírico, bem como não foram ainda incorporados nos artigos apresentados neste livro, *Die Modernisierung der Moderne*.

Beck; Bonß e Lau (2001) enfatizam ser o objetivo da diferenciação entre primeira e segunda modernidade não a introdução de uma periodização nova, problemática ou evolucionária, mas o metodológico-pragmático, ou seja, a necessidade de se colocar urgentemente em pauta as perguntas por novas categorias e estruturas de referência teórica. Essa necessidade se refere, também, a fim de que a sociologia nacional-estatal possa enfrentar a crítica de ser “*Sociologia-Zumbi*”.⁷ (BECK; BONß; LAU, 2001, p. 47). O desafio e possibilidade da análise sociológica consistem em analisar a segunda modernidade criticamente, e, com isso, assegurar a sua importância na sociedade. (BECK, 2000).

A perspectiva da sociedade atual Beck denomina como “*Brasilianização da Europa*”⁸ (BECK, 1997a, p. 266). O autor parte da compreensão de que o neoliberalismo triunfou; o Estado nacional enfraqueceu; múltiplas e discordantes associações de poder paraestatais – que competem e lutam entre si – surgiram; e ainda de que existem contextos jurídicos e normativos como “terra de ninguém”. Desigualdades tornam-se piores e contrastes econômicos acirram-se. Essa realidade é tema da política e da esfera pública, com vistas a impedir um declínio geral.

Vale destacar que a crítica da sociedade contemporânea a partir dos critérios de análise de Beck acima colocados, pode dar indícios cruciais para compreender os processos em andamento. Todavia, eles certamente não são suficientes ou completamente transponíveis para abarcar a modernização em curso na sociedade

brasileira. Nessa, as instituições de socialização primária (família, escola) e secundária (emprego, associações civis), além dos determinantes estruturais, interferem de forma diferente na constituição da subjetividade e na formação das instituições do sistema de proteção social. Destaca-se aqui o aspecto do papel central da família e da informalidade e precariedade presentes no mundo do trabalho.

Ademais, Souza (2000), ao caracterizar o processo de modernização da sociedade brasileira como sendo periférico e seletivo, aponta para as particularidades nacionais. Para esse autor, o Brasil não é um país moderno e Ocidental no aspecto comparativo da afluência material e desenvolvimento das instituições democráticas, mas é moderno na medida em que os valores modernos e ocidentais são aceitos como legítimos. Já a seletividade está na *permanência da desigualdade* e essa aparece como um resultado *natural*. (SOUZA, 2000, p. 57; p. 267 - grifos do autor).

E o que essas análises apontam para o Serviço Social? Resguardadas as devidas diferenças no desenvolvimento do processo de modernização reflexiva na Europa Ocidental, analisada por Beck (1986), e, no Brasil, analisada por Souza (2000), pretende-se aqui destacar dois aspectos. Primeiramente, para a dimensão analítica da contemporaneidade, ou seja, o aspecto da investigação da realidade vivida no presente, a partir da formação socioestrutural e cultural da sociedade, ou seja, investigar e analisar as manifestações do processo de modernização reflexiva no contexto da profissão. Esse é um aspecto que o Serviço Social pode vir a ter permanentemente em vista, considerando a sua dimensão interventiva. A realidade empírica e cotidiana fornece permanente material a ser desvelado. Nesse contexto, podemos indicar um retorno aos “velhos” princípios do “ver, julgar e agir”.

Em segundo lugar, como um desdobramento desse primeiro, a investigação cuidadosa e acurada das manifestações do processo de individualização nas relações familiares e interpessoais. Em sendo as relações familiares no Brasil ainda marcadas pela solidariedade pré-moderna (HERWEG, 2005), o estudo e a pesquisa sobre

* N. da autora.: No original “*Zombie-Sozologie*” como referência a Zumbi, que é um personagem central de filmes de terror, apresentado como um instrumento indolente daquele que lhe chamou à vida, é propriamente um morto.

⁸ Beck (1997) utiliza essa expressão *Brasilianisierung Europas*, mas não esclarece seu significado com precisão. Ao empregar o termo não se tem clareza se considera o agravamento da pobreza, a concentração de renda, o desemprego sem seguridade social, flexibilização no mundo do trabalho com perda de direitos trabalhistas, etc. Num artigo posterior com o título “*Modell Bürgerarbeit*” (1999, p. 7-189), emprega o termo *Brasilianisierung des Westens* (Brasilianização do Ocidente), no qual analisa as consequências das inseguranças decorrentes das metamorfoses no mundo trabalho. Nossa intenção aqui é apenas chamar a atenção ao fato de que, Beck, ao empregar o conceito Brasilianização, evidentemente não referencia dados empíricos acerca da realidade social brasileira, o que nos leva a problematizar acerca da adequabilidade do uso do termo em forma comparativa.

as consequências da modernização reflexiva e seletiva na constituição dos indivíduos e a construção de vínculos afetivo-relacionais e políticos, torna-se tema de relevância para a profissão, ou seja, pesquisar e analisar quais os padrões, valores e normas sociais em vigor e vividos nas famílias e nas instituições no contexto da particularidade da modernização no país.

6 Considerações finais

Na passagem da primeira para a segunda modernidade, a reflexiva, o papel do indivíduo e sua experiência de individualidade na sociedade são modificados, o que Beck explica pela individualização e denomina sociedade individualizada. Além disso, os riscos, não calculáveis e tampouco planejáveis, não são mais limitados ao interior de um Estado-Nação, mas estendem-se sobremaneira para além das fronteiras desse, surgindo como riscos e perigos universalizados sobre todo o globo.

A individualização vivida na modernidade reflexiva dissolve as referências da sociedade industrial, na medida em que velhas fórmulas de convivência são desagregadas e tradicionais grandes grupos são dispersos. Entretanto, não surge uma sociedade livre de conflitos, humanamente digna, virtuosa e racional, mas uma mistura altamente arriscada composta de novas inseguranças e novas possibilidades, novos riscos e novas chances, novas exigências e novas liberdades, finalmente, a sociedade de riscos, caracterizada por ambivalências, contradições e conflitos.

É possível constatar uma mudança de rumo das análises de Beck ao longo dos anos 1990, principalmente no que se refere ao detalhamento de seus conceitos, tornando-os mais exatos e qualificados. Da análise da sociedade de riscos, ele avança para a apreciação da segunda modernidade, e, nesse contexto, a manifestação das desigualdades sociais, econômicas, culturais e ecológicas numa globalização que avança continuamente e a expressão da individualização, principalmente com as suas reações no âmbito do mundo do trabalho, das relações familiares e de amor, e da política. Nas primeiras obras de

Beck, há uma ênfase na análise da sociedade de riscos, da individualização e suas consequências na família, casamento, classes e estamentos, desigualdades sociais; já o acento das análises posteriores está nas metamorfoses do mundo do trabalho, da democracia, das mudanças do Estado e da segunda modernidade.

Ademais, sobre as críticas feitas à Beck, entendemos que a sua contribuição para a análise na sociedade contemporânea é criativa e trouxe nova vitalidade científica no interior da sociologia, evocando novos debates e dinamizando as Ciências Sociais de forma geral. Apesar de esse autor não traçar uma nova teoria social, sua contribuição não pode ser vista apenas como diagnóstico temporal, mas se constitui como concepção metodológica para a análise da sociedade. Além disso, pensamos que a ênfase principal do autor na análise das liberdades e possibilidades do processo de modernização, não apenas das obrigações dele decorrentes, constitui-se em ponto forte de sua obra, apesar de, contemporaneamente, as obrigações serem as limitadoras das opções de ação dos indivíduos na sociedade. Beck analisa as obrigações a que os indivíduos estão sujeitos na sociedade moderna e aponta para as tendências sociais a que essas conduzem.

Há que se enfatizar que a análise de Beck diz respeito a sociedades modernas e altamente diferenciadas e individualizadas. Apesar disso, em sociedades como a brasileira, que não realizaram a experiência de um Estado de Bem-Estar Social, pode-se observar sinais da modernidade reflexiva, como, por exemplo, a multiplicidade de inseguranças e incertezas, que seguem aprofundando-se e intensificando-se. Para a análise da sociedade brasileira, as considerações de Souza (2000) são assertivas, principalmente no que se refere à sua definição da sociedade brasileira como sendo atravessada por um processo de modernização periférica e seletiva.

Para a análise da realidade social brasileira, as análises de Beck e de Souza trazem dimensões inovadoras, principalmente no que diz respeito às manifestações do processo de modernização reflexiva na construção das relações entre os indivíduos sociais. A contribuição desses autores pode residir no olhar, na investigação

empírica e teórica, principalmente para as profissões que lidam e atuam junto aos indivíduos, sujeitos sociais, atentando para as particularidades das relações, das construções simbólicas e discursivas e das manifestações estruturais da modernização reflexiva e individualização nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais.

Referências

BECK, Ulrich. **Risikogesellschaft**: auf dem weg in eine andere moderne. Frankfurt/Main: Suhrkamp, 1986.

_____. **Die erfindung des politischen**: zu einer theorie reflexiver modernisierung. Frankfurt/Main: Suhrkamp, 1993.

BECK, Ulrich; BECK-GERNSHEIM, Elisabeth (Hg.). **Riskante freiheiten**. Individualisierung in modernen Gesellschaften. Frankfurt/Main: Suhrkamp, 1994.

BECK, Ulrich. **Reflexive Modernisierung**: eine Kontroverse. In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Reflexive modernisierung**. Frankfurt/Main: Suhrkamp, 1996.

BECK, Ulrich; SOPP, Peter (Hg.). **Individualisierung und integration**. Neue Konflikte und neuer Integrationsmodus? Opladen: Leske u. Budrich, 1997.

BECK, Ulrich. **Was ist globalisierung?** Frankfurt/Main: Suhrkamp, 1997a.

_____. **Schöne neue arbeitswelt**. Vision: Weltbürgergesellschaft. Frankfurt/Main; New York: Campus, 1999.

BECK, Ulrich (Hg.). **Die zukunft von arbeit und demokratie**. Frankfurt/Main: Suhrkamp, 2000.

BECK, Ulrich; BONß, Wolfgang; LAU, Christoph. **Theorie reflexiver Modernisierung – Fragestellung, Hypothesen, Forschungsprogramme**. In: BECK, Ulrich; BONß, Wolfgang (Hg.). **Die modernisierung der moderne**. Frankfurt/Main: Suhrkamp, 2001, S. 11-62.

_____. **Entgrenzung erzwingt Entscheidung**: was ist neu an der Theorie reflexiver Modernisierung? In: BECK, Ulrich; LAU, Christoph (Hg.). **Entgrenzung und entscheidung**. Frankfurt/Main: Suhrkamp, 2004, S. 13-62.

BECK, Ulrich. **Was ist globalisierung?: irrtümer des globalismus – antworten auf globalisierung**. Frankfurt/Main: Suhrkamp, 2007.

_____. **Weltrisikogesellschaft**: auf der suche nach der verlorene sicherheit. Frankfurt/Main: Suhrkamp, 2008.

_____. **Macht und Gegenmacht im globalen Zeitalter: Neue weltpolitische Ökonomie**. Frankfurt/Main: Suhrkamp, 2009.

BECK, Ulrich; POFERL, Angelika. **Große armut, großer reichum**: zur transnationalisierung sozialer ungleichheit. Frankfurt/Main: Suhrkamp, 2010.

BERGER, Peter. **Individualisierung**. Statusunsicherheit und Erfahrungsvielfalt. Opladen: West-Deutscher-Verlag, 1996.

DUBIEL, Helmut. **Die Industriegesellschaft im Gegenlicht der Moderne**. Überlegungen zu Ulrich Becks „Risikogesellschaft“. In: MÜNKLER, Herfried; SAAGE, Richard (Hg.). **Kultur und politik**. Opladen: West-Deutscher-Verlag, 1990, S. 195-203.

EBERS, Nicola. **“Individualisierung”**: Georg Simmel – Norbert Elias – Ulrich Beck. Würzburg: Königshausen u. Neumann, 1995.

HERWEG, Vera. **Im schatten von staat und markt**: idee und praxis der gemeinwirtschaft in Deutschland und Brasilien. Münster: Agenda, 2005.

JOAS, Hans. **Das risiko der gegenwartdiagnose**. In: **Soziologische Revue**. München: Oldenbourg, 1988, Nr. 11, S. 1-6.

JUNGE, Matthias. **Individualisierung**. Frankfurt/Main; New York: Campus, 2002. LUHMANN, Niklas. **Soziologie des risikos**. Berlin; New York: de Gruyter, 1991.

MÜNCH, Richard. **Soziologische theorie**. Bd. 3: Gesellschaftstheorie. Frankfurt/Main: Campus, 2004.

POFERL, Annelika; SZANIDER, Natan (Hg.). **Ulrich becks kosmopolitisches projekt**. Auf dem Weg in eine andere Soziologie. Baden-Baden: Nomos, 2004.

SCHROER, Markus. **Negative, positive und ambivalente Individualisierung – erwartbare und überraschende Allianzen**. In: KRON, Thomas (Hg.). **Individualisierung und soziologische theorie**. Opladen: Leske + Budrich, 2000, S. 13-44.

SCHOER, Markus. **Das individuum der gesellschaft**. Frankfurt/Main: Suhrkamp, 2001.

SOUZA, Jessé. **A modernização seletiva**: uma reinterpretação do dilema brasileiro. Brasília: Ed. da UnB, 2000.